

**MOVENDO MARGENS PARA A RESISTÊNCIA: APOSTAS SOBRE A POTENCIALIDADE DO
SONHAR PARA A INVENÇÃO DE POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL
COM ENFOQUE PARA OS CAMPOS DAS ARTES E DA HISTÓRIA**

Jorge Lucas Maia⁷¹
Evelyn Beatriz Lucena Machado⁷²
Joana Pinho dos Santos⁷³

Resumo: Neste artigo, escrito por três pós-graduandos em Educação, professores de Artes e de História comprometidos com a reflexão e prática para uma educação democrática, buscamos estabelecer a crítica à modernidade europeia, como sistema de dominação, ao defendermos o ato de sonhar como alternativa potente. Apresentamos o sonho a partir de perspectivas contra-hegemônicas, o que têm sido objeto de reflexão de parte da intelectualidade contemporânea. Para desenvolver as reflexões aqui propostas, mobilizamos o pensamento decolonial, exemplificado em teoria e práticas de educadores, artistas e outros agentes socialmente engajados. O artigo está estruturado em três seções. A primeira trata sobre as potencialidades do ato de sonhar. A segunda trata de como as artes podem construir outras imagens e realidades vivíveis, assim como outras perspectivas históricas ao trazer tensionamentos ao projeto ocidental de dominação. A terceira seção discute como as práticas de movimentos sociais, articulados ao conhecimento histórico e artístico, têm um papel pedagógico na sociedade. Concluimos que a partir do ato de sonhar, a educação se constitui como meio para estruturar e efetivar a invenção de realidades mais criativas, que fujam à lógica hierarquizante imposta pela modernidade.

Palavras-chave: Educação decolonial; História decolonial; Artes decoloniais

⁷¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4650959576073420>. E-mail: jmjorgemaia@gmail.com.

⁷² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6202518990634818>. E-mail: evelyn.blm@hotmail.com.

⁷³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2931080136548398>. E-mail: joanapinho90@gmail.com.

MOVER MÁRGENES A LA RESISTENCIA: APUESTA POR LA POTENCIALIDAD

Resumen: En este artículo, escrito por tres estudiantes de posgrado en Educación, profesores de Artes e Historia comprometidos con la reflexión y la práctica por una educación democrática, buscamos establecer una crítica a la modernidad europea, como sistema de dominación, defendiendo el acto de soñar como una alternativa poderosa. Presentamos el sueño desde perspectivas contrahegemónicas, que han sido objeto de reflexión por parte de los intelectuales contemporáneos. Para desarrollar las reflexiones aquí propuestas, movilizamos el pensamiento decolonial, ejemplificado en la teoría y las prácticas de educadores, artistas y otros agentes socialmente comprometidos. El artículo está estructurado en tres secciones. La primera trata de la potencialidad del acto de soñar. El segundo trata de cómo las artes pueden construir otras imágenes y realidades para vivir, así como otras perspectivas históricas trayendo tensiones al proyecto occidental de dominación. La tercera sección discute cómo las prácticas de los movimientos sociales, vinculadas al conocimiento histórico y artístico, tienen un papel pedagógico en la sociedad. Concluimos que a partir del acto de soñar, la educación se constituye como un medio para estructurar y efectuar la invención de realidades más creativas, que escapen a la lógica jerárquica impuesta por la modernidad.

Palabras clave: Educación decolonial; Historia decolonial; artes decoloniales

Potencialidades do sonho na construção de novas realidades sob uma perspectiva decolonial

(...) Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, Chimamanda, 2019, p. 33)

Nas ideias tecidas pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie em *O perigo de uma história única*, somos confrontados com a necessidade de abrir nossas visões de mundo para outras narrativas, epistemologias e modos de viver. Na frase da epígrafe, é notória a potencialidade que essa perspectiva mais plural sobre a vida e o conhecimento carrega: é possível “reavermos uma espécie de paraíso”. Reaver diz respeito a readquirir a posse, recuperar. Esses significados possuem forte impacto quando lembramos dos processos de exclusão e espoliação levados a cabo ao

longo da construção da modernidade europeia a partir dos séculos XV e XVI com sua empreitada colonialista.

Posicionada como o topo da pirâmide civilizatória, a Europa engendrou processos de violenta exploração em diferentes territórios, de modo a pôr suas narrativas, culturas, valores, história e maneiras de estar no mundo como padrões universais a servirem de modelo civilizador para além de suas fronteiras. Na base dessa hierarquização, estão os povos que foram, e em certa medida ainda são, alvos da exploração europeia. Nas palavras dos teóricos Walter Mignolo e Julio Roberto Pinto:

Sob uma retórica primeiramente salvacionista, depois civilizatória e finalmente desenvolvimentista, povos e etnias posicionadas na periferia do novo centro do mundo, inclusive antigos impérios, em diferentes graus, têm sido desapropriados de suas terras; têm visto suas cosmologias, manifestações artísticas, ciências e tecnologias, formas de organização econômica e política serem reduzidas a superstições, mitos, folclores, tradições irracionais e idiosincrasias, quando não são totalmente suprimidas. (MIGNOLO; PINTO, 2015, p. 389)

É notório o esvaziamento de sentido estabelecido pela modernidade europeia em relação aos grupos relegados à condição de periféricos, ou seja, aqueles que estão fora do centro que é o padrão europeu ocidental. Deste modo, ausências são criadas de modo que indivíduos não-europeus se percebam e sejam percebidos como uma espécie de tábula rasa que necessita receber conteúdos que validem sua existência, seu sentido de ser e estar no mundo.

Este ato de localizar o outro na periferia do sistema de poder é marcado pela anulação das suas racionalidades epistêmicas, o que autores como Catherine Walsh e Aníbal Quijano apontam como a “colonialidade do saber” que se impõe como:

[...] o posicionamento do eurocentrismo como a ordem exclusiva de razão, conhecimento e pensamento, que descarta e desqualifica a existência e viabilidade de outras racionalidades

epistêmicas e outros conhecimentos que não sejam os dos homens brancos europeus. (WALSH, 2012, p.67) [tradução livre]

[...]Quijano fala também da colonialidade do saber, entendida como a repressão de outras formas de produção de conhecimento não-europeias, que nega o legado intelectual e histórico de povos indígenas e africanos, reduzindo-os, por sua vez, à categoria de primitivos e irracionais, pois pertencem a “outra raça” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.20).

No entanto, sabemos que o projeto de poder que busca elevar a modernidade ocidental ao *status* de narrativa única, não é capaz de anular a resistência das vozes que vêm dos grupos oprimidos, que operam nas fissuras deste mesmo poder. Vozes que tensionam os padrões hegemônicos estabelecidos, ou seja, vozes da decolonização. Os pesquisadores Vera Candau e Luiz Fernandes de Oliveira destacam os sentidos atribuídos ao termo “Decolonialidade” pelo teórico Walter Mignolo:

Walter Mignolo (2003) destaca que o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.24)

Entendemos a decolonialidade como uma proposta de ação e transformação que tem potencial para desestabilizar as hierarquias e as racionalidades hegemônicas estabelecidas pelo projeto moderno de poder empreendido pelo colonialismo e atualmente sustentado pelo seu legado, a colonialidade (WALSH, 2012). Partindo disso, defendemos que essa opção de ação é transgressora na medida em que os saberes, modos de viver, conhecimentos e cosmologias não-ocidentais são considerados e manejados a fim de tecer uma nova forma de viver, “tanto contra como apesar da colonialidade”, (WALSH, 2017, p. 55). Assim, um sem-número de sabedorias, de formas de entender a sociedade e a natureza que antes

ocupavam as margens podem ser acionadas para ocupar posições de centro em um movimento de insubordinação epistêmica.

Para exemplificar, trazemos algumas questões apontadas pelo intelectual e líder indígena Ailton Krenak (2019) sobre suas *Ideias para adiar o fim do mundo*, ou seja, sobre um conjunto de reflexões sobre a potencialidade que as epistemologias "outras", marginalizadas, possuem, como as dos povos originários das Américas. Nas palavras de Krenak:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (KRENAK, 2019, p.13)

Povos que sonham, dançam, cantam e que contam histórias - as suas próprias histórias - podem ensinar caminhos de resistências a fim de que uma nova realidade social, política, ambiental seja passível de ser imaginada e potencialmente construída. O ato de sonhar é aqui entendido para além da atividade biológica em que fechamos nossos olhos, tampouco como ato de devaneio. Krenak defende que a nossa sociedade, profundamente marcada pelas relações de colonialidade do saber, precisa experienciar o sonho como instituição. Em outras palavras, o ato de sonhar deve ser a prática de acessar sabedorias e conhecimentos para orientar a vida, tal como povos de diferentes culturas o fazem historicamente.

É interessante imaginar a metáfora do paraquedas, comentada pelo autor. Ele argumenta que embora não seja possível desfazer os processos históricos de dominação e exploração, o sonho é uma espécie de

paraquedas que nos conduz para um outro caminho de construção de novas realidades possíveis. Realidades estas mais plurais, de diferentes bases epistemológicas e de outros sentidos sobre a vida:

O sonho como experiência de pessoas iniciadas numa tradição para sonhar. Assim como quem vai para uma escola aprender uma prática, um conteúdo, uma meditação, uma dança, pode ser iniciado nessa instituição para seguir, avançar num lugar do sonho. Alguns xamãs ou mágicos habitam esses lugares ou têm passagem por eles. São lugares com conexão com o mundo que partilhamos; não é um mundo paralelo, mas que tem uma potência diferente. (KRENAK, 2019, p.32)

Em pesquisas recentes do campo da Neurociência, o sonho tem sido objeto de estudos e o pesquisador brasileiro Sidarta Ribeiro (2019) traz questões que nos mobilizam a compreender o ato de sonhar a partir de outras perspectivas. Sidarta (2019) é autor do livro *O oráculo da noite*, no qual argumenta que os sentidos atribuídos aos sonhos em nossa sociedade foram historicamente esvaziados com a emergência da ciência moderna, a partir da técnica e da prática de mensuração objetiva como método universal de obtenção de conhecimento. Contudo, o autor destaca que no grupo dos mamíferos, os sonhos evoluíram como mecanismos neurobiológicos que simulam futuros prováveis, como estratégia de preparação e até defesa diante de problemas iminentes. O autor também destaca que a capacidade de elaborar ideias novas também vem dos sonhos. Nesse sentido, ele exemplifica afirmando que povos de sabedorias "outras", como os africanos, ameríndios e aborígenes australianos, persistem na legitimação do sonho como fonte de conhecimento para lidar com a vida em vigília. Nas práticas xamanistas, por exemplo, é possível ver que o sonho é usado de forma ativa, como fonte de respostas para questões da vida social.

Sidarta Ribeiro defende ainda a ideia de que devemos aprender com estas sabedorias que legitimam a experiência de sonhar. Em pesquisas levadas a cabo a partir de 2010 por laboratórios brasileiros da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e de Harvard, nos Estados Unidos, há produções que comprovam que os sonhos não são esvaziados de sentido e, portanto, “os conteúdos dos sonhos têm a ver com o desempenho na tarefa. Então sonhar com a tarefa se correlaciona com o melhor desempenho na tarefa (...) o sonho tem um teor de simulação de situações possíveis”⁷⁴.

Neste artigo, um de nossos argumentos é que é possível transgredir a lógica de ignorância e desvalorização dos sonhos e da capacidade de sonhar ao tomarmos como referência as práticas de outras culturas e saberes ancestrais que o encaram como paradigma de vida. Sonhar com novos futuros de forma coletiva potencializa ações por mudanças, com vistas a novos sentidos na vida social. Apostar nessa perspectiva é urgente. E como Mignolo e Pinto apontam a partir de sua crítica à modernidade, “ou sonhamos ou morremos” (MIGNOLO; PINTO, 2015, p.400).

Sonhar outras realidades possíveis de serem vividas no presente, ou sonhar com outras possibilidades de futuro que adiem o fim do mundo, perpassa o entendimento sobre os modos como a modernidade estabeleceu seus padrões de funcionamento e comportamento. Nesse modelo pré-fabricado e aplicado a diferentes corpos sem distinção, há pouco espaço para quem diverge. Ao mesmo tempo, há espaços criados

⁷⁴Entrevista do neurocientista sidarta ribeiro ao nexo jornal a respeito do potencial dos sonhos como simuladores de possíveis realidades. A entrevista foi publicada em novembro de 2015. Ver: ribeiro, sidarta. Sidarta ribeiro: o sonho é uma simulação de uma situação. Entrevista concedida ao canal nexo jornal. Youtube, 24 nov. De 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pugnrrnyllmc&t=245s>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

pelos divergentes. Por e para quem opera nas "fissuras" da cultura estabelecida de forma hegemônica.

O espaço do "entre", compreendido como potência geradora de possibilidades alternativas de sonhar e agir sobre o presente e o futuro, encontra terreno fértil na perspectiva da decolonialidade. Para além da crítica à modernidade e seu projeto de regulação de vidas, a decolonialidade nos ajuda a construir alternativas que reconfigurem a colonialidade, entendida por Anibal Quijano (2000) como um dos elementos constitutivos do padrão mundial de poder capitalista, que é, por sua vez moderno e, portanto, também é racista, machista e classista. Reconfigurar a colonialidade significa desnudar ao que e a quem ela serve: quer dizer, situá-la na esfera do poder de quem, desde as investidas coloniais, se auto concedeu o direito de definições físicas, epistemológicas e simbólicas sobre todos os demais corpos e mentes.

A decolonialidade aponta para uma ação de caráter prático e de intervenção. Ela é uma atitude alicerçada pela ideia de escolher olhar para o comum a partir de perspectivas que não reproduzam elementos do padrão hegemônico de poder. Catherine Walsh (2017) fala da decolonialidade como um desaprender a olhar para o mundo como um todo e aprender a pensar e agir nas periferias, fissuras e rachaduras por onde caminhos outros habitam. Apenas olhando para, e também através desses espaços, é possível empreender transgressões que conduzam a um olhar crítico que permita "aprender a desaprender para reaprender a pensar, agir, sentir e caminhar decolonialmente, individual e coletivamente" (WALSH, 2017, p. 40, tradução nossa).

Olhar para a potência dos espaços de fissura é considerar distintas formas de ser, estar, agir, sentir, pensar e viver. Para Catherine Walsh (2017) elas são tanto estratégias, práticas e metodologias pedagógicas forjada nas

e para as lutas de resistência, enquanto ações pedagógicas que são também sociais, políticas, epistêmicas, artísticas, poéticas, performativas e espirituais usadas para fissurar, fazer emergir, ampliar e aprofundar as rachaduras. Há uma dimensão entendida como educativa que perpassa os mais distintos modos de construir as fissuras decoloniais.

Podemos entender, a partir da perspectiva decolonial, que educação vai muito além dos ditames de um sistema formal de ensino. Os mecanismos que educam para o caminhar decolonialmente estão diluídos nas diversas esferas do viver e são, antes de tudo, ações em que o escolher olhar para o mundo de modo decolonial é um passo importante. Este ato político, intencionalmente busca possibilidades outras que ofereçam rupturas ao padrão moderno de existência. Ao adentrar no terreno das possibilidades outras, a perspectiva decolonial se abre para perceber a potência de um conjunto de ações que educam para as consciências e transitam entre distintas linguagens: são sociais e também performativas, artísticas, históricas e sociais, num constante agir que entrecruzam possibilidades ainda por serem nomeadas. Rompendo com a lógica dicotômica moderna, podemos entender o espaço aberto nas fissuras como local em que novos discursos emergem, criando possibilidades de construção de mundos alternativos, no plural.

Para construirmos modos alternativos de viver, devemos, antes, imaginá-los. Este é um passo importante no exercício de reelaboração do presente, com projeção para o futuro e reformulação do passado. Para isso, mover para o centro aqueles referenciais antes relegados às margens pode representar uma ação transgressora fundamental para este trabalho.

O movimento a favor da “A história que a história não conta / O

avesso do mesmo lugar"⁷⁵ do samba-enredo da Mangueira em 2019 é parte desta dinâmica de olhar para o mesmo a partir de outras perspectivas. Isso permite que discursos sobre corpos que divergem do padrão moderno ecoem. Agora não como corpos sobre os quais se falam, mas que falam por si, em seus próprios termos. O caráter educativo desta dinâmica se dá por linguagens não seccionadas entre si, mas que se articulam e comunicam a mesma intencionalidade: se dá pelo Carnaval, através do samba-enredo da Mangueira, visto, ouvido, lido, cantado, dançado, vivenciado; ensinado como exploração de outras possibilidades de se viver.

Nesse sentido, a seguir apresentaremos três experiências que expressam a aposta de construção de realidades outras a partir de caminhos abertos pelo pensamento decolonial, e que de diferentes formas educam a sociedade para uma vivência mais inclusiva na medida em que tensionam padrões hegemônicos de poder, seja nas práticas educativas formais ou informais, bem como nas ações artísticas, que, conforme temos defendido aqui, também educam e reeducam os modos de se conceber e de se olhar para a realidade.

Ações artísticas que tecem imagens, narrativas históricas e realidades outras

No mesmo golpe ao projeto moderno de civilização, a fissura aberta pelo samba-enredo da Mangueira foi alargada pela obra "Monumento à Voz de Anastácia"⁷⁶ (2019), de Yhuri Cruz⁷⁷. Os santinhos, disponibilizados ao

⁷⁵ Samba-enredo do G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira de 2019. Faz parte do enredo: "História pra ninar gente grande". Composto por: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Danilo Firmino.

⁷⁶ A obra pode ser vista na íntegra no site do artista. Disponível em <http://yhuricruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

lado da obra para serem levados por quem vivenciou o espaço, ecoaram a imagem de uma Anastácia livre. A liberdade de existir, para além da iconografia colonial fixada pela obra “Castigo de escravo”, de Jacques Etienne Arago (1839)⁷⁸, tece outra narrativa para Anastácia: a mordança e o grilhão dão lugar a um rosto tranquilo, que esboça um leve sorriso. O espaço de enunciação é ativado pela queda dos elementos impostos pela ordem colonial. A dinâmica proposta por Yhuri é substituir a dor pelo que podemos ser além dela. Não se trata de libertar Anastácia, mas mostrá-la livre, em sua dignidade para que outros corpos possam também vislumbrem sê-los.

Figura 1 - Yhuri Cruz, Monumento à voz de Anastácia, 2019. Afresco-monumento à voz e distribuição de santinhos de Anastácia Livre.



Isso nos reeduca para que possamos conceber a nós próprios, que fazemos parte dos subalternos, como formas de existência que vão além das narrativas estereotipadas, construídas à base do projeto moderno de

⁷⁷ Yhuri Cruz é artista visual, escritor e dramaturgo. Suas práticas artística e literária envolvem criações textuais, performances, instalações em diálogo como sistemas de poder, crítica institucional, relações de opressão e resgate à memória ancestral.

⁷⁸ Optamos aqui pela não reprodução desta obra, já que nosso percurso teórico-metodológico se contrapõe à reprodução de tal estereótipo.

hierarquização de corpos, imagens e imaginários sobre esses. As definições externas congelam as complexas relações de existir de determinado modo, como uma tentativa de comparar a partir de um dado modelo. Assim, fragmentam existências "outras" em algumas poucas características que representam a perspectiva do imaginário branco. São o que Grada Kilomba (2019) define como as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser, aspectos reprimidos dos que implementaram o projeto colonial.

Emicida, na canção "AmarElo"⁷⁹, trouxe elementos que ampliaram essa rachadura denunciando os males de se deixar definir por outrem. Mais uma vez, aqui a educação para outras realidades e possibilidades de viver ocorre por uma articulação de linguagens artísticas: conjuga a música, o verso, a performance dos corpos, os elementos que compõem a imagem em movimento, e o modo com que ecoará em outros corpos e subjetividades. Simultaneamente, forjam afetações sobre os corpos e comunicam pelo cruzo de todas essas linguagens. Revela assim, que aos personagens da música serem descritos e definidos por outrem e não por si próprios, o foco da caracterização recai sobre as dores, o que tende a reduzir toda a complexidade de sua existência a esse único aspecto. Assim,

Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
 Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
 Que nem devia tá aqui
 Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes
 Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
 Alvos passeando por aí

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
 É roubar um pouco de bom que vivi
 Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
 Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes

⁷⁹ A canção AmarElo faz parte do álbum "AmarElo" de Emicida, lançado em outubro de 2019. A composição é de Emicida, Felipe Vassão, DJ Duh e Belchior, com participação de Majur e Pablo Vittar.

É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir

Evidencia os males do mecanismo colonial do ser humano universal, branco, heterossexual e homem sempre dizer sobre e pelos "outros" que extrapolam os limites de si e de seu grupo. Por outro lado, a canção também evidencia que, performar a partir do que é estabelecido por quem tem o poder hegemônico de definir e caracterizar os grupos subalternizados é diferente de, efetivamente, viver plenamente a existência, que nesse lugar de desprivilegio é permeada por dor e injustiças, evidentemente, mas esse é apenas um dos aspectos, não o único ou o mais importante.

A ação artística, que intencionalmente denuncia o perigo das estruturas externas de definições sobre corpos, é rachadura, como a temos tratado aqui, pois intenta a construção de realidades em que a narrativa não seja apenas a que nos permite voltar-nos contra. Precisamos ir além do espaço das cicatrizes e, com ela, imaginar outras realidades; outras imagens que projetem futuros diferentes das que reproduzem o projeto moderno: imagens que potencializem o vivível.

Pensar sobre futuro, a partir do colapso do projeto moderno colonial como padrão, é também admitir a dissolução das barreiras da temporalidade linear. Passado, presente e futuro não representam momentos estanques, em que um finaliza e abre possibilidades para o outro. Entendendo, com todo o respeito que nos cabe, o modo como vivenciamos a perspectiva das religiões de matrizes africanas, por exemplo, a noção de tempo é circular. Isso significava dizer que diferentes realidades coexistem. Passado, presente e futuro são percebidos fora da lógica hierarquizada em que um representa uma evolução em relação ao outro. Existe, inclusive, um provérbio lorubá, povo localizado na região ocidental da África, que diz: "Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje".

Do mesmo modo, imaginar outros futuros possíveis, que se conectam e

reassignificam os sentidos históricos, políticos e sociológicos do passado e do presente, quebram a lógica do projeto moderno. Lançar antecipações do que gostaríamos que acontecesse é um modo de se fazer isso, como vemos nos estandartes da série "Profecias"⁸⁰, por Randolpho Lamonier⁸¹ (2018-2021). Elas dão conta de urgências do presente, pautadas num outro olhar sobre o passado e mirando apostas para o futuro. São propostas, assim, para que corpos distintos tenham condições vivíveis. Enquanto tessituras do que o futuro deve ser, sonhadas à mão, educam para a necessidade de usar a criatividade a favor da produção de outras realidades, para que se efetivem a partir das imagens que projetamos, das profecias visuais.

Os estandartes da série de Lamonier, feitos de retalhos de tecidos costurados, trazem frases e imagens que podem ser interpretadas como manchetes de jornais. Algumas delas são: "Toma posse a primeira presidenta negra do Brasil, 2027"; "A agroecologia derrota o agronegócio, 2070"; "Em 2050 descobrimos: Brasil é América Latina"; "Em breve Brasil se vê no espelho e as minorias se reconhecem maioria".

São ações artísticas que articulam distintas linguagens, denunciam o que não podemos mais ser, são imagens que forjam outras realidades: são presente, passado e futuro ao mesmo tempo. Realizações que colapsam a ordem moderna a partir das ações que pretendem ser intervenções na atualidade presente, mas dizem respeito também a outras formas de se olhar para o passado, ampliando perspectivas de pesquisa e ensino sobre a história do Brasil e projetam possibilidades futuros suportáveis e vivíveis para todos os corpos e subjetividades.

⁸⁰ A série completa pode ser encontrada no site do autor. Disponível em: <https://randolpholamonier.com/Profecias>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

⁸¹ Randolpho Lamonier é artista visual. Sua produção transita entre diferentes mídias, com ênfase em arte têxtil, desenho, fotografia, vídeo e instalação.

FIGURA 2 - RANDOLPHO LAMONIER, PROFECIAS, 2018-2021, TÊXTEL, TÉCNICA MISTA SOBRE TECIDO E PLÁSTICO.



O mundo ensina: educação para além dos espaços formais

É importante salientar que neste artigo trabalhamos com uma perspectiva ampliada sobre a ideia de educação. Com isso, queremos dizer que não falamos apenas a partir do olhar sobre as práticas educacionais restritas aos espaços formais, apesar de também fazermos referência a essas, por considerarmos sua importância central para a educação.

No entanto, consideramos que a educação é um campo que tem ações e efeitos expandidos para além dos muros escolares. Ela conta com a atuação de agentes que produzem transformações na cultura das sociedades humanas a partir da geração de tensionamentos e perspectivas que destoam dos padrões culturais convencionais e hegemônicos, conforme

podemos demonstrar com os exemplos acima. Essa atuação provoca, assim, novas reflexões e novas práticas, ou até, transforma práticas antigas.

Os movimentos sociais são provavelmente o maior exemplo dessa força de criação de novas reflexões. Eles levam a um constante processo de reeducação da sociedade a partir de reivindicações de direitos por parte de grupos sociais historicamente desfavorecidos e violentados, direitos esses que na cultura hegemônica tendem a ser negados e invisibilizados. Esses movimentos, organizados ou não, se articulam na produção e no fortalecimento de discursos verbais e imagéticos, assim como práticas que buscam tornar visíveis e relevantes para a sociedade ampla, questões caras para a luta pela promoção de maior justiça social.

Tais movimentos são formados por diferentes grupos, como o movimento LGBTQIA+, os movimentos ambientalistas, o movimento feminista, o movimento de trabalhadores rurais, o movimento indígena, o movimento negro, e uma série de outros.

Cada um desses atua em diversas frentes ao produzir e articular saberes e, assim, contribui com a formação de novas consciências individuais e coletivas, atuando, portanto, como "pedagogos nas relações políticas e sociais" (GOMES, 2018, p. 16). Podemos encontrar ramificações dessas lutas sociais na academia, com a produção e divulgação de conhecimentos com base científica; nas redes sociais, com a atuação de blogueiras e blogueiros politicamente engajados; na política partidária institucional, com criação de leis e políticas públicas; nas comunidades tradicionais, com o cultivo e compartilhamento de práticas culturais ancestrais e também no campo das artes, como teatro, música, poesia, artes plásticas, cinemas, etc.

Uma consideração importante a esse respeito é que nos ajuda a compreender como os movimentos sociais educam/reeducam a sociedade,

é o entendimento de que suas diferentes frentes de atuação se influenciam mutuamente e fortalecem umas às outras. Isso colabora para que as novas reflexões e propostas de mudanças sociais atinjam cada vez mais pessoas e de diferentes esferas sociais. Um bom exemplo dessa circulação de ideias e referências, falando especificamente sobre o movimento negro, é a declaração do rapper Emicida⁸², em que diz:

O Rap é o primeiro interlocutor entre a intelectualidade produzida pelo movimento negro e a classe trabalhadora de uma maneira massiva. Então, eu conheci a história de Zumbi dos Palmares ou de Abdias do Nascimento através das letras e dos discos dos Racionais [MC's], do DMN, que eram artistas e também eram ativistas e tinham uma posição muito próxima dessa militância.⁸³

Essa é uma das possibilidades efetivas de interlocução entre a produção intelectual no campo da história e da sociologia e as artes enquanto prática, nesse caso, o Rap em específico. Tal interlocução possibilita o trânsito de ideias entre pessoas com diferentes repertórios culturais, que vivem diferentes realidades e que têm também diferentes condições de acesso a conhecimentos que tratam de questões políticas e sociais importantes para a compreensão das históricas desigualdades estruturantes de nossa sociedade. Esse é apenas um exemplo das diversas interinfluências possíveis nas múltiplas frentes de apresentação e atuação dos movimentos sociais.

Os conhecimentos circulam, são aprendidos e ensinados em diferentes esferas e por diferentes formas de comunicação. Além disso, essas

⁸² Emicida é um dos principais MCs de Rap da atualidade. É também compositor, escritor e empresário. O artista é engajado no movimento negro e sua contribuição com a luta contra o racismo no Brasil é explicitada em sua obra.

⁸³ Entrevista do rapper Emicida concedida ao Programa Roda Viva. Ver: EMICIDA. Roda Viva: Emicida. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva e disponibilizado no canal Roda Viva. Youtube, 27 de jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4&t=1596s>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

referências não são compartilhadas apenas no âmbito de cada luta social em específico, mas circulam de forma interseccional. Assim, questões e reivindicações levantadas pelo movimento indígena, por exemplo, muitas vezes dizem respeito e contribuem com questões do movimento negro, movimento feminista ou dos movimentos de trabalhadores. Esse compartilhamento e interinfluência de referências funciona, portanto, de forma rizomática (DELEUZE; GUATTARI, 1995), entrecruzando-se de forma a tornar seus resultados sempre construtivos e ao mesmo tempo, surpreendentes.

Um Estado decolonial: Equador ensinando o caminho das pedras

Para além da crítica teórica à cultura ocidental hegemônica, os movimentos sociais têm sonhado e ousado inventar novas formas de viver em sociedade. Concomitantemente, têm nos reeducado para a desnaturalização de padrões culturais excludentes e exploratórios, difundindo concepções de outras realidades possíveis que fogem do padrão binário de compreensão da vida e dos seres no qual fomos socializados. Um dos resultados práticos dessas propostas é a Constituição da República do Equador, de 2008.

Essa constituição contou com uma expressiva participação indígena e isso garantiu à Carta Magna daquele país um cunho decolonial destacável. As sociedades tradicionais em diferentes lugares no planeta têm, historicamente, o sonho como um elemento central que funciona como um parâmetro para a tomada de decisões importantes e produção de suas realidades de acordo com as contingências de cada momento. Nesse sentido, o neurocientista Sidarta Ribeiro argumenta:

Os desafios da vigília [uma das fases do sonho] de certa maneira têm um teor de simulação de situações possíveis. Isso é mais evidente quando você está diante de um problema muito forte, se você estiver diante de uma situação de vida ou morte, os seus sonhos são muito expressivos.⁸⁴

O sono e o sonho, portanto, tiveram um papel de destaque, inclusive na sociedade ocidental, pelo menos até a instituição da racionalidade científica moderna, que tem como uma de suas bases a tendência a desprezar aspectos subjetivos como o sonho e valorizar apenas aspectos mensuráveis e prováveis matematicamente na tomada de decisões e produção de realidades. Os povos indígenas americanos, por outro lado, como outros povos originários no planeta, mantiveram o sonho como elemento importante em suas sociedades, funcionando como uma espécie de oráculo que oferece possibilidades futuras de questões do presente.

A perda da importância dada ao sonho no ocidente, assim como a relativa perda da capacidade de sonhar da sociedade ocidental gera efeitos nocivos para a humanidade que afetam diretamente a capacidade do Ocidente de criar e transformar realidades de maneira positiva e sustentável. Sobre isso, o líder indígena Ailton Krenak e o cientista Sidarta Ribeiro confluem em suas reflexões, em que Ribeiro declara "A gente nunca teve tantos meios de transformar o mundo que está todo mundo achando que não tem jeito, uma falta de perspectiva ligada à dificuldade de sonhar"⁸⁵. Krenak, então, de maneira complementar:

⁸⁴ Entrevista concedida ao Nexo Jornal em novembro de 2015. Ver: RIBEIRO, Sidarta. Sidarta Ribeiro: O sonho é uma simulação de uma situação. Entrevista concedida ao Canal Nexo Jornal. Youtube, 24 nov. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pUgnRnYLLmc&t=245s>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

⁸⁵ Entrevista de Sidarta Ribeiro ao Programa Metrópolis. Ver: RIBEIRO, Sidarta. A importância dos sonhos e como podem nos ajudar no cotidiano. Entrevista concedida a Cunha Jr. no Canal Metrópolis. Youtube, 6 nov. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FakiF12gVCs&list=PLIAI_3Pz1sIKMRCj-xtnvj3f-zi8LjAAK&index=55>. Acesso em: 18 fev. 2022.

Uma experiência que seria maravilhosa se pudesse ser expandida para os não indígenas, é eles aprenderem a sonhar. Não sonhar com o próximo carro que você vai ter, mas sonhar com o próximo mundo que você gostaria de ter.⁸⁶

A Constituição Equatoriana, que teve importante participação de movimentos indígenas, conforme dito anteriormente, expressa bem a capacidade de sonhar, criar realidades e soluções para o futuro exercida por esses povos. Além de seu caráter educativo em mostrar ao mundo, na prática, a viabilidade de se viver sob outros paradigmas. As primeiras linhas do texto já demonstram isso, em que consta:

O Equador é um Estado constitucional de direitos e justiça, social, democrático, soberano, independente, unitário, *intercultural*, *plurinacional* e laico. Está organizado em forma de república e é governado de forma descentralizada⁸⁷. (2008, p. 8) [tradução e grifo nossos].

Desde a invenção dos estados nacionais modernos europeus, a partir do século XIV, a ideia de unicidade linguística, cultural e, principalmente, nacional se constituiu como uma base fundamental desse tipo de organização política. É a compreensão, portanto, de que para cada Estado há somente um povo, uma cultura e uma nação. No entanto, esse é um constrangimento teórico que não suporta a realidade viva.

Os conflitos em torno das relações entre Estado, nação, território, direitos e identidade existem em diferentes lugares do planeta e geram distúrbios sociais sérios, como são os casos das lutas indígenas no Brasil, as

⁸⁶ Conferência realizada por Ailton Krenak no Centro de Artes UFF. Ver: KRENAK, Ailton. Espiral dos Afetos - Ideias para adiar o fim do mundo. Conferência disponível no canal do Centro de Artes UFF. Youtube, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM>. Acesso em: 20 fev. 2022.

⁸⁷ Constitución de la República del Ecuador. Título I ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DEL ESTADO Capítulo I PRINCIPIOS FUNDAMENTALES Art. 1. Ver: ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador, 2008. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

disputas entre palestinos e israelenses e de movimentos separatistas como o ETA, no País Basco e IRA, que durante o século XX atuou intensamente na Irlanda do Norte.

O Equador, por sua vez, é inovador em assumir-se como um Estado intercultural e plurinacional: criou uma constituição que se aproxima mais de sua realidade, que é plural, não vendo sentido em tentar submeter um território que abriga uma diversidade de povos e nações sob a lógica simplista de organização do Estado-nação convencional. No entanto, não são apenas essas as inovações que tal constituição apresenta. Um dos principais destaques é o reconhecimento da natureza como sujeito de direito, assim como são compreendidos os seres humanos:

A natureza, ou Pacha Mama, onde se reproduz e realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estruturas, funções e processos evolutivos. Toda pessoa, comunidade, povo e nacionalidade poderá exigir à autoridade pública o cumprimento dos direitos da natureza. Para aplicar e interpretar esses direitos se observarão os princípios estabelecidos na Constituição, conforme o caso. O Estado incentivará as pessoas físicas e jurídicas, e os coletivos, para que protejam a natureza e promoverá o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema (2008, p. 33). [tradução nossa; grifo dos autores]⁸⁸

Em mais esse ponto, a Constituição do Equador quebra com um dos princípios ontológicos básicos da modernidade ocidental: a compreensão da separação entre o ser humano, enquanto sujeito de direito, ser pensante

⁸⁸ Constitución de la República del Ecuador. Capítulo VII DERECHOS DE LA NATURALEZA Art. 71- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observarán los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema. Ver: ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador, 2008. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

e livre para manipular a seu favor todo o restante do mundo ao seu redor, e, por outro lado, o próprio mundo que o cerca, compreendido como passivo e passível de suas vontades e prevalência de seu direito enquanto ser, enquanto sujeito. Nessa constituição, esses parâmetros são desfeitos e incluem-se as cosmovisões ameríndias, ou de maneira ainda mais ampla, amefricanas⁸⁹ (GONZALEZ, 1988, p. 76), que compreendem as relações entre seres humanos e o restante da natureza de maneira mais equânime e menos hierarquizada.

Destaca-se que a sociedade equatoriana não fez o movimento de negação das formas de organização política criadas e estabelecidas pelo ocidente, mas, ao invés disso, subverteu suas bases, criando uma experiência de organização política que não deixa de operar sobre certo modelo de Estado-nação. Suas bases são modificadas pela inserção de olhares e cosmovisões plurais e que não funcionam a partir da lógica de que é sempre necessário destruir o presente para construir o futuro a partir do pó, mas que o futuro também se constrói a partir do diálogo e transformação do presente.

Educação que se faz na ação: práticas que forjam corpos e subjetividades para novas temporalidades

Refletindo sobre a educação formal, escolar, aprender a pensar e agir por caminhos outros, que fissurem o padrão hegemônico, implica entendê-los além da esfera teórica: são intervenções ativas, que educam e transitam entre outras esferas da vida. A educação, neste sentido, também assume uma temporalidade cíclica: ela é o que motiva e também o objetivo

⁸⁹ Amefricanidade é uma categoria político-cultural desenvolvida por Lélia Gonzalez para explicar as conexões históricas dos povos negros e indígenas no continente americano.

final para amparar a construção de corpos e subjetividades envolvidos no projeto de romper com a normal e apontar para novos caminhos.

Um passo importante, neste sentido, foi dado através da implementação das medidas de combate ao racismo na sociedade brasileira por meio da educação ao longo da primeira década dos anos 2000. Dentre essas medidas podemos citar a Lei nº10.639/03 (BRASIL, 2003), modificada posteriormente pela Lei nº11.645/08, e o Parecer CNE/CP nº03/04 (BRASIL, 2004). A Lei nº 10.639/03 incluiu no currículo oficial das redes de ensino, fundamental e médio, de instituições oficiais e particulares, a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e africana. O Parecer, por sua vez, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contendo orientações institucionais e pedagógicas para a efetivação das determinações dispostas na primeira legislação. Ambas foram criadas no âmbito do Governo Federal, mas para isso foram precedidas por um longo trabalho de proposição e cobrança dos movimentos da sociedade civil, em especial o Movimento Negro (GOMES, 2012).

Essas medidas são estratégias para reparar injustiças, promover inclusão social e cidadania para todas/todos dentro do sistema educacional brasileiro. São, desse modo, ações que visam reparar os danos causados por séculos em que corpos negros foram excluídos do exercício da cidadania, o que necessariamente passa por sua exclusão dos sistemas formais de ensino.

Ainda nesse sentido, outro aspecto importante das mudanças pelas quais passou o sistema educacional brasileiro nas últimas décadas é que essas políticas públicas estabelecem dois focos, imbuídos do compromisso de educar as consciências e os olhares dos estudantes para as relações étnico-raciais. Um diz respeito ao ensino de história e cultura afro-brasileira e

africana, com uma abordagem mais voltada para temas e conteúdos; o outro, refere-se aos conhecimentos, atitudes, posturas e valores que educam a todos quanto aos diversos pertencimentos étnico-raciais, que operam no âmbito da formação cidadã. Nesse sentido, envolvem um conjunto de ações que articulam esses dois focos e exigem uma postura ativa de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A ideia é “desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (BRASIL, 2004, p. 6).

A ação consciente de desalienar processos pedagógicos é uma das diretrizes das medidas de combate ao racismo na educação e também uma ampliação da rachadura ao projeto colonial, conforme dissemos anteriormente. Tanto porque envolve um novo olhar, questionador, sobre as ações docentes, quanto por depender da ação ativa do corpo docente de repensar práticas e conteúdos já cristalizados. Tensioná-los e reestruturá-los constantemente. Isso demanda um compromisso ético a ser assumido pelo corpo docente a favor de uma perspectiva de educação como as defendidas por Paulo Freire (1987, 1996) e bell hooks (2013). Este corpo docente, independentemente de seu pertencimento étnico-racial, deve assumir o compromisso ético de formar estudantes com valores necessários para assumir responsabilidades para com a sociedade que nos cerca e que tenham a habilidade de refletir frequentemente sobre suas práticas, buscando estratégias para um viver e relacionar-se distanciando-se de quaisquer práticas de opressão.

Considerações finais

A opção decolonial mobiliza uma dimensão crítica à modernidade europeia, como buscamos demonstrar ao longo deste artigo. Entendida enquanto projeto de poder, a modernidade construiu artifícios, cujos desdobramentos seguem ativos, para manter a hegemonia cultural européia enquanto único modo imaginável de existência. Esse projeto de poder tendeu, assim, a esvaziar os sentidos e legitimidade de outras formas de se imaginar/sonhar, construir e se estar no mundo. Deste modo, as perspectivas críticas a esse paradigma, que denunciaram esse violento processo e os elementos que os mantêm, como é o caso do pensamento decolonial, têm lançado mão de estratégias para, a partir deste cenário, conceber e construir condições de vida para aqueles corpos, mentes e cosmovisões que, por longos séculos, foram colocados na periferia, quando não, do lado de fora desse sistema modelar, relegados ao que Frantz Fanon chama de "zona do não ser" (FANON, 2008, p.26).

Buscamos aqui demonstrar que, a base para estruturação e efetivação dessa alternativa são os processos educativos permeados em processos sociais que se mostram formativos dentro, mas também em muitos lugares e conjunções situados fora dos espaços de educação formal. Com esta concepção, é possível deslocar o conhecimento da lógica hegemônica para que outras percepções de mundo ganhem espaço de existência e visibilidade. Aprendemos, assim, com ações individuais e coletivas que educam numa perspectiva mais ampla, que vêm da esfera social, política, artística, histórica, espiritual, acadêmica; todas, de modo articulado, somam a esta nova forma de aprender sobre a pluralidade de mundos e de seres possíveis e passíveis de serem concebidas/sonhadas e também passíveis de existência. Ou melhor, de coexistência.

Essas outras perspectivas e possibilidades que têm conquistado espaço nas últimas décadas se mostram em teoria, enquanto concepção, mas também são ações. São o modo através do qual intencionalmente se olha o mundo e também para onde se escolhe olhar. São intervenções a partir de outros modos de existir e também são instaurações de outras formas de ver e de narrar o mundo. Isso se torna possível a partir, principalmente, do conhecimento dos povos originários da nossa América, como nos ensinou Lélia Gonzalez, e nessa perspectiva, o sonho assume papel de destaque, como vimos a partir do pensamento de Ailton Krenak e de Sidarta Ribeiro. Quando sonhamos, tecemos novas ideias sobre o mundo e projetamos mundos que desejamos ou tememos viver, concebemos outras realidades possíveis e, se tomarmos por referência as culturas ameríndias e amefricanas, podemos considerar a possibilidade de projetar realidades mais plurais, em que não há apenas uma lógica pela qual é correto se compreender a existência e suas inter relações, mas sim, várias lógicas coexistentes. As verdades se tornam múltiplas e os caminhos para se chegar ao bem viver, também.

Fazemos isso de muitas formas diferentes e cada um o faz a partir dos mecanismos próprios às linguagens que dominam. As obras artísticas constroem os mundos que queremos, com as narrativas que queremos, a partir de imagens que muitas vezes se conectam com fatos e processos históricos, sejam eles sobre uma pessoa, uma família ou sobre um povo.

Também fazemos isso a partir da luta empreendida por distintos movimentos sociais. Ao formar novas consciências, eles impactam, entre outras coisas, na construção de políticas públicas efetivas, que consideram o direito a existências para além do que determinam os padrões da ordem cultural moderna. Materializamos essa pluralização de realidades também nas escolas, através dos muitos processos de ensino-aprendizagem incitados

por docentes e dialogado com estudantes. No espaço escolar, docentes têm levado a cabo demandas sociais a partir de suas ações, feitas com base em seus compromissos de educar para a cidadania, entendendo os muitos pertencimentos étnico-raciais dentro de uma escola.

Todas essas muitas ações que educam *em* e também *com* outras perspectivas já existem. Partem de outras visões de mundo e também forjam outras realidades. São sonhos: apostas de futuros, feitas no agora, que deslocam olhares sobre o presente e também sobre o passado. Trata-se de sonhar e projetar possibilidades de um mundo suportável para as gerações futuras e, ao mesmo tempo, são ações do presente: atacam a temporalidade linear, pois transitam entre diferentes concepções de tempos, no mesmo movimento de subversão de lógicas cristalizadas. Ações dessa ordem, que tensionam a ordem hegemônica gerando intervenções sobre o cotidiano, educam as consciências: forjam corpos permeados nas fissuras imbricadas em diversas lutas por melhores condições de existência, de ser.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BINS, Gabriela Nobre; MOLINA NETO, Vicente. Mojudara: uma possibilidade de trabalho com as questões étnico-raciais na educação física. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 247-253, Set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892017000300247&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 7 jan. 2019.

_____. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para

o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CANDAU, Vera Maria F.; OLIVEIRA, Luis Fernando. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

CRUZ, Yhuri. Monumento à voz de Anastácia, 2019. Afresco-monumento à voz e distribuição de santinhos de Anastácia Livre. Disponível em: <<http://yhuracruz.com/2019/06/04/monumento-a-voz-de-anastacia-2019/>>.

Acesso em: 7 fev. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOMÊNICO et all. História Para Ninar Gente Grande. Samba-enredo do G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

ECUADOR. Constitucion de la Republica del Ecuador, 2008. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

EMICIDA. Roda Viva: Emicida. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva e disponibilizado no canal Roda Viva. Youtube, 27 de jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4&t=1596s>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Majur e Pablllo Vittar. Clipe disponibilizado no canal Emicida. Youtube, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>>. Acesso em: 17 fev. 2022.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas Salvador: EdUfba, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: Resignificando e politizando a raça. Educação & Sociedade, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.

Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

Espiral dos Afetos - Ideias para adiar o fim do mundo. Conferência disponível no canal do Centro de Artes UFF. Youtube, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LAMONIER, Randolpho. Profecias, 2018-2021, Têxtil, técnica mista sobre tecido e plástico. Disponível em: <<https://randolpholamonier.com/Profecias>>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MIGNOLO, Walter D.; PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, v. 15, nº 3, jul. set. 2015.

MONTECRISTI, Asamblea Constituyente de. *Constitución de 2008*. Quito, República de Ecuador, 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.defensoria.gob.ec/bitstream/37000/823/1/Constituci%3fb3n%20de%20la%20Rep%3%bablica%20del%20Ecuador%202008.pdf>>f. Acesso em: 19 fev. 2021.

MOTTA, Flavia; PAULA, Claudemir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. Educ. Real., Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88365, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000200405&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A educação das relações étnico-raciais na EJA: entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e192251, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100654&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 abr. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World Systems Research, v. VI, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <<https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228/240>>. Acesso em: 29 set. 2021.

RIBEIRO, Sidarta. Oráculo da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. A importância dos sonhos e como podem nos ajudar no cotidiano. Entrevista concedida a Cunha Jr. no Canal Metrópolis. Youtube, 6 nov. de 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=FakiF12gVCs&list=PLIAI_3Pz1sIKMRCj-xtnvj3f-zi8LjAAK&index=55>. Acesso em: 18 fev. 2022.

_____. Sidarta Ribeiro: O sonho é uma simulação de uma situação. Entrevista concedida ao Canal Nexo Jornal. Youtube, 24 nov. de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pUgnRnYLLmc&t=245s>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

WALSH, C. ¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya Yala. In: Diniz, A.G.; Pereira, D.A. (coords.), Poéticas y políticas da linguagem em vias de descolonização, p. 19-53. Foz do Iguaçu, Brasil: Universidad de Integración Latinoamericana, 2017. Disponível em: <http://catherine-walsh.blogspot.com/2017/10/interculturalidad-y-decoloni>.

Acesso em: 29 set. 2021.

_____. Pedagogías Decoloniales. In: Alarcón, T.G.; Cruz, A.N. Convergencias y divergencias: hacia educaciones y desarrollo "otros". Bogotá: UNIMINUTO/CED, 2017.

_____. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.